

CONVÊNIO Nº. 01/2018

Processo Administrativo nº 60179/2017 (TJ-COI 2018/06830)

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DO SALVADOR, E, DO OUTRO LADO, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, VISANDO ESTABELECEER AS CONDIÇÕES PARA PERMITIR A COBRANÇA DAS CUSTAS JUDICIAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO À GOVERNANÇA DIFERENCIADA DE EXECUÇÃO FISCAL E AO PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO.

O **MUNICÍPIO DO SALVADOR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.927.801/0004-91, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**, com a interveniência da PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, neste ato representado pela Exm^a. Senhora Procuradora-Geral do Município do Salvador, Dra. **LUCIANA RODRIGUES VIEIRA LOPES**, e da SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal da Fazenda, Dr. **PAULO GANEM SOUTO**, aqui denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e, do outro lado, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.100.722/0001-60, com sede na 5ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 560. Salvador/BA, CEP 41745-971, representado neste ato pelo seu Presidente, o Exmo. Senhor Des. **GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO**, doravante denominado **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**.

CONSIDERANDO que o art. 5º LXXVIII, da Constituição da República, estabelece que os processos administrativos e judiciais deverão ter duração razoável, cumprindo, assim, adotar as providências necessárias no sentido de garantir a celeridade na sua tramitação;

CONSIDERANDO que o Município participará do esforço conjunto a ser empreendido pelos poderes Executivo e Judiciário, aderindo ao Programa Nacional de Governança Diferenciada de Execução Fiscal, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, instituindo o Programa Diferenciado de Execução Fiscal, e reabrindo o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) com o objetivo de oferecer



aos contribuintes condições vantajosas para o pagamento de débitos existentes para com a Fazenda Pública Municipal;

CONSIDERANDO que o pagamento das custas judiciais constitui-se em condição necessária para o arquivamento dos processos judiciais; e

CONSIDERANDO o interesse comum do Município e do Tribunal de Justiça no sentido de facilitar o pagamento das custas judiciais devidas pelos contribuintes.

RESOLVEM celebrar o presente Convênio de Cooperação Técnica, que se regerá pelas cláusulas abaixo estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer as condições e procedimentos para o **Município** colaborar na cobrança das custas judiciais e tarifas de postagem, decorrentes dos processos cujos respectivos devedores venham a aderir ao Programa de Apoio à Governança Diferenciada de Execuções Fiscais e ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI).

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para os fins do presente convênio, consideram-se **custas judiciais** as taxas constantes da Tabela I – Dos processos em Geral, Item I, constante dos Anexos Únicos das Leis nº 13.600, de 15/12/2016, e nº 13.814, de 21/12/2017, observados os respectivos prazos de vigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Para os fins do presente convênio, consideram-se **tarifas de postagem** as despesas constantes do Item III da Tabela de Despesas para a Área Judicial, Código 90760, consoante Decreto Judiciário nº 1185, de 27 de dezembro de 2017, atualizado pela Empresa de Correios e Telégrafos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Para os fins do presente convênio, será considerada apenas 01 (uma) unidade de “**tarifa de postagem**” relacionada com a expedição de carta de citação inicial, objeto do Item III da Tabela de Despesas para a Área Judicial, Código 90760, consoante Decreto Judiciário nº 1185, de 27 de dezembro de 2017, atualizado pela Empresa de Correios e Telégrafos.

PARÁGRAFO QUARTO

Outras custas judiciais e despesas processuais não abrangidas naquelas definidas nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro não serão objeto de cobrança por parte do Município, competindo ao Tribunal de Justiça adotar as providências necessárias à sua cobrança.

PARÁGRAFO QUINTO

Caberá ao Tribunal de Justiça a cobrança das **custas judiciais e das tarifas de postagem** abrangidas por este Convênio, eventualmente recolhidas a menor, por erro ou por falsa declaração do contribuinte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

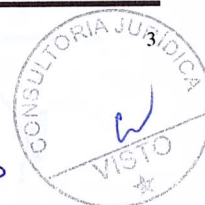
Visando à consecução do objeto deste Convênio, compromete-se o **Município**, por intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda, a:

- a) Realizar a cobrança das **custas judiciais e das tarifas de postagem** referentes aos processos cujos respectivos devedores venham a aderir ao Programa de Apoio à Governança Diferenciada de Execuções Fiscais e ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI).
- b) Observar os valores constantes da tabela de custas judiciais em vigor, desconsiderando o valor da causa originário, para adotar, como parâmetro, o valor do crédito exequendo a ser pago pelo devedor em função dos descontos decorrentes da adesão aos programas da alínea “a”.
- c) Até o último dia útil do mês subsequente à cobrança, fazer o repasse das custas judiciais arrecadadas para a conta 736-2, Ag 3351, Op: 006, Banco CAIXA (104) e encaminhar ao Tribunal de Justiça arquivo contendo a referência a cada processo judicial cujo interessado tenha aderido ao Programa de Apoio à Governança Diferenciada de Execuções Fiscais e ao Programa de Parcelamento Incentivado, nos termos do plano operacional a ser ajustado entre os partícipes;
- d) As custas judiciais e tarifas de postagem relativas ao PPI e arrecadadas no período anterior à assinatura do presente convênio, serão repassadas na forma da alínea c) supra, até o último dia útil a contar da celebração deste Convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para fins da cobrança de que trata a alínea “a” desta Cláusula, fica acordado que o sistema informatizado que instrumentalizará o Programa de Apoio à Governança Diferenciada de Execuções Fiscais e o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), permitirá ao devedor declarar que já efetuou o pagamento das custas devidas, sob as penas da Lei, hipótese em que ficará dispensada a cobrança das custas judiciais pelo Município de Salvador.

PARÁGRAFO SEGUNDO



A inobservância do quanto estabelecido na alínea “c” e “d” desta Cláusula implicará a imediata rescisão deste convênio, sem ônus para o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, constituindo o Município em débito das quantias arrecadadas e não repassadas ao TJBA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Visando à consecução do objeto deste Convênio, compromete-se o **Tribunal de Justiça** a:

- a) Disponibilizar no site do TJBA a tabela de custas judiciais que será aplicada no exercício de 2018;
- b) Atestar os pagamentos informados pelo Município, na forma da alínea “c” da Cláusula Segunda, e adotar as providências para a juntada do comprovante do pagamento das custas judiciais quitadas em cada processo correspondente.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

Cada parte Conveniente designará, por ato próprio, um responsável e respectivo substituto, os quais coordenarão a execução, a implementação e o acompanhamento dos trabalhos decorrentes do presente Convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

O presente convênio não importará no desembolso de recursos financeiros próprios por quaisquer dos convenientes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA

O presente instrumento poderá ser denunciado por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Para solucionar os conflitos decorrentes deste Convênio, que não possam ser dirimidos pela via administrativa, os partícipes se dirigirão ao foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Convênio será publicado no Diário Oficial do Município do Salvador, no prazo legal.

E por estarem de comum acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas.

Salvador, BA, 06 de agosto de 2018.



ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
PREFEITO



GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

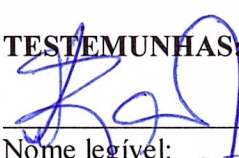


LUCIANA RODRIGUES VIEIRA LOPES
PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR




PAULO GANEM SOUTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

TESTEMUNHAS:



Nome legível: 2586816-08
RG: Rita de Cássia Ramos de Carvalho
Assessora Especial da Presidência II



Nome legível:
RG:

